Teologia Moral anterior ao Concílio Vaticano II: Casuísmo e manualística

*Moral Theology Prior to the II Vatican Council:
Casuism and Manualistic*

MARTA LUZIE DE OLIVEIRA FRECHEIRAS*

Resumo: Este artigo tem o intuito de apresentar uma parte de nossa investigação realizada durante o doutorado em Teologia acerca da história da Teologia Moral ou da Ética Teológica. Trata-se de uma pesquisa acerca do Casuísmo ou do Estudo de casos, que surgiu após o Concílio de Trento. Nosso método de trabalho é o histórico-crítico, pois também investigamos textos de autores moralistas dos séculos passados e procuramos trazer o conteúdo pensado para os dias atuais. O resultado a que chegamos é o de que o Casuísmo não conseguiu realizar o papel histórico a que se propôs, recaindo na manualística. Concluímos que um projeto incrível de análise de casos morais, como se propôs o Casuísmo em seus primórdios, sofreu por preconceitos e incompreensões, principalmente da parte de Pascal, que influenciou na interpretação histórica do Casuísmo. Nesse sentido, até os dias atuais, a Teologia Moral ou Ética Teológica atua mais abstratamente do que na análise de casos concretos, tarefa essencial no estudo da vida moral concreta.

Palavras-chave: Estudo de caso. Ética. Teologia.

Abstract: This article aims to present part of our investigation carried out during the doctorate in Theology regarding the history of Moral Theology or Theological Ethics. This is research on Casuistry or Case Studies, which emerged after the Council of Trent. Our working method is critical history, as we also investigate texts by moralistic authors from past centuries and

* Marta Luzie de Oliveira Frecheiras é Profa. Titular do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). É bacharel, mestre, doutora pela UFRJ e tem pós-doutorado em Filosofia pela *Ludwig Maximilian Universität München* (LMU) e pela *Universidad Complutense de Madrid* (UCM). É bacharel, mestre e doutora em Teologia Moral pela PUC-Rio. Também é psicanalista clínica e didata, pertencente à Sociedade de Psicanálise Ortodoxa do Brasil. (SPOB). Contato: marta.luzie@uol.com.br

seek to bring the content thought to the present day. The result we reached is that Casuistry was unable to fulfill the historical role it proposed, falling back into manualistics. We conclude that an incredible project of analyzing moral cases, as proposed by Casuistry in its beginnings, suffered from prejudices and misunderstandings, mainly on the part of Pascal, who influenced the historical interpretation of Casuistry. In this sense, to this day, Moral Theology or Theological Ethics acts more abstractly than in the analysis of concrete cases, an essential task in the study of concrete moral life.

Keywords: Study of concrete cases. Ethics. Theology.

Introdução

Neste artigo, trataremos de um assunto assaz importante e relativamente desconhecido no Brasil: a Casuística anterior ao Concílio Vaticano II. Nosso objetivo é demonstrar como o Casuísmo foi uma ideia inovadora oriunda do Concílio de Trento, a fim de solucionar os problemas de consciência que adviriam, já que a consciência se tornou o “lugar” central da moral cristã, como nos informa Bretzke:

A consciência tornou-se o *locus* privilegiado da vida moral e da identidade própria. Apesar de não ser um termo que esteja na Escritura, um aspecto da consciência é derivado do Novo Testamento, o termo grego συνείδησις¹. Nesse sentido, ela é a faculdade da reta razão capaz de fazer o julgamento moral movida por princípios morais universais (Bretzke, 2013, p. 1277).

Contudo, como ela restringiu-se mais ao ambiente acadêmico dos jesuítas, em termos práticos, acabou por decair na manualística, corrompendo o seu propósito original, que era o estudo de casos de consciência. Os manuais morais foram muito utilizados para auxiliar os sacerdotes em sua função no confessionário, como poderemos constatar adiante.

1 Momento Tridentino

O termo “teologia moral” apareceu pela primeira vez nos escritos de Alain de Lille². Logo, o que havia de mais próximo da teologia moral, antes do

¹ Conhecimento íntimo, conhecimento dos seus próprios atos, conhecimento do bem e do mal.

² Segundo o autor supracitado, ele foi um dos primeiros na história da Igreja a tentar escrever uma suma visando auxiliar o sacerdote no momento do sacramento da penitência. Liber Poenitentialis, em torno de 1202 d.C.

Concílio, eram as “sumas”, guias para os confessores aplicarem o sacramento da penitência.

Na teologia de Tomás de Aquino, não havia uma disciplina separada que recebesse o nome de “teologia moral”. Por outro lado, as *Institutiones* substituíram o modelo deontológico, tomista, por excelência, baseado na lei e na dedução de princípios, sempre partindo da razão para a realidade empírica. A lei, que antes era compreendida como uma norma objetiva da moralidade (com todas as diferenças de níveis – eterna, natural, positiva), tornou-se também uma norma subjetiva da moralidade: a consciência. Vejamos o porquê dessa mudança.

O Concílio de Trento ocorreu entre 1545 e 1563 d.C. e teve vinte e cinco sessões. Podemos dizer que ele é o lugar de nascimento da teologia moral (Keenan, 2009, p. 164), pois, com a queda do domínio sociopolítico-territorial da Igreja Católica, a partir da entrada dos reformistas, não era mais possível que a Igreja continuasse a estabelecer “normas legais” para toda a vida social. No início da modernidade, a Igreja Católica não conseguiu “consertar” a quebra da cristandade, mas procurou reestruturar-se, mudando o seu setor de influência da vida objetiva dos indivíduos, como no caso das inquisições, para a vida subjetiva, por meio do estabelecimento de um novo fórum: o interno, sendo agora a consciência o lugar dele.

A resposta da Igreja Católica, tanto em relação à modernidade, quanto em relação aos reformistas e à sua vida interior, em oposição à objetividade sacramental, foi muito inteligente, pois fez do inimigo o seu maior aliado: a subjetividade passa a ser o fórum da culpa e, por causa dela, foi construído um completo sistema de normas (Prodi, 2011, p. 32). Para tal, o sacramento da penitência foi fortalecido, a disciplina eclesiástica exigida, além dos inúmeros manuais de teologia moral que surgiram com o intuito de auxiliar os padres confessores em situações específicas de confessorário.

Em consequência da instituição do sacramento da penitência, a Igreja toda sempre entendeu que foi também instituída pelo Senhor a confissão integral dos pecados [cf. Tg 5,16; 1 Jo 1,9; Lc 5,14; 17,14]. Esta confissão é necessária por direito divino a todos os que, depois do batismo, caem [cân. 7], porque nosso Senhor Jesus Cristo, antes de sua ascensão aos céus, deixou os sacerdotes como vigários seus [cf. Mt 16,19; 18,18; Jo 20,23], como presidentes e juízes a quem seriam confiados todos os pecados mortais em que os fiéis cristãos houverem caído, para que, em virtude do poder das chaves de perdoar ou reter pecados, pronunciem a sentença. Pois

é claro que os sacerdotes não poderiam exercer esta sua jurisdição sem conhecimento de causa e sem guardar equidade na imposição das penas, se os penitentes declarassem os pecados só genericamente, e não específica e detalhadamente (Denzinger, 2006, p. 430).

Apesar de o decreto tridentino não conter nenhuma norma relativa à moral (Prodi, 2011, p. 32), a partir dele o poder religioso começou a atuar sobre as consciências. A Igreja deixou de atuar no nível das ordens jurídicas e fixou toda a sua atenção no acompanhamento da consciência dos fiéis, acontecendo então a separação entre a lei moral e a lei canônica, ou seja, entre Moral e Direito; o direito canônico, com isso, restringiu sua atuação junto ao corpo eclesial e às propriedades territoriais da Igreja.

Além disso, essa mudança de postura da Igreja deu ensejo a grandes debates e discussões teóricas nas universidades europeias acerca da diferença entre “lei positiva” e “lei moral”, discussão que perdura até hoje nas universidades de Direito, mas com o embate entre o “justo” e o “legal”. Como explica Paolo Prodi:

A Igreja romana afirmou, através de sua brilhante escola de pensamento *De Iustitia et Iure*, que ela não só possuía a autoridade conferida a Cristo para perdoar os pecados, mas que também era a única intérprete verdadeira da lei natural que coincide com a lei moral (Prodi, 2011, p. 33).

2 Precusores de Trento

Segundo Marciano Vidal, “o momento tridentino foi um momento criativo dentro da Igreja Católica, pois foi uma etapa da Reforma” que estava sendo gestada dentro da própria Igreja Católica nos anos que precederam o Concílio de Trento. O que se chama de “Reforma Católica” é caracterizada por um amplo movimento que não diz respeito necessariamente à Reforma Protestante (XV-XVI) somente. Recebe também seus indícios dos próprios movimentos da Igreja Católica (Vidal, 2014, p. 811-837).

Boa parte do movimento ocorrido no século XV dizia respeito à pregação, das ordens (franciscanos e dominicanos) junto ao povo de Deus. Os sermões eram a mais importante instrução moral que o povo recebia. Sendo assim, nos primórdios da teologia moral, a mesma contava com a participação da lei canônica, mas também – e, principalmente – com as pregações populares. O povo, na era pré-moderna, retirava a sua noção acerca de Deus, do mundo, e da diferença entre bem e mal dos sermões dos pregadores populares e não dos tratados acadêmicos existentes nas universidades.

A pregação de Bernardino (Mormando, 1995, p. 928) e de incontáveis frades itinerantes representa um significativo capítulo na história da teologia moral. A oratória deles não oferece um guia coerente para a teologia moral e, tampouco, é uma antecipação do raciocínio moral da alta casuística. Por outro lado, com sua preocupação em relação aos ditados de moral preventiva da autoridade eclesial, Bernardino formou a imaginação espiritual dos ouvintes ao atingir a emoção dos mesmos, trabalhando o lado direito do cérebro do povo. Como grande orador, sua narrativa vividamente emocional, contagiava-os ao explicar alguns aspectos morais. Parece que as assembleias ficavam lotadas. Além disso, ele narrava cenas da vida de Jesus, de Maria e de vários santos e também de pecadores, por meio de um discurso pleno de realismo, de experiência vivida (Mormando, 1995, p. 1275).

Daí a importância do surgimento das missões populares, também chamadas de interior ou rurais, logo após o Concílio de Trento. Elas surgiram com o objetivo de recristianizar o mundo rural e tornaram-se, sem dúvida, uma iniciativa pastoral inovadora e eficaz na época moderna. Isso só foi possível devido aos sermões das ordens dos pregadores durante a Idade Média:

O fim das missões populares não era outro do que a propagação da fé em comunidades rurais, com uma escassa instrução religiosa, através do ensino doutrinal, da pregação, da confissão, da assistência e da pacificação de conflitos, elas eram herdeiras das pregações itinerantes praticadas durante a Idade Média pelas ordens mendicantes, e que se desenvolveram a partir da segunda metade do século XVI, graças à atividade dos capuchinhos (Palomo, 1997, p. 133).

Por outro lado, enquanto as pregações eram função das ordens predicantes, as atividades escolares e acadêmicas eram quase todas centradas nas mãos dos jesuítas. Marciano Vidal destaca a importância das instituições de ensino e o papel decisivo que tiveram na educação de jovens e crianças da sociedade (Vidal, 2014, p. 116). Inclusive, ele ressaltou o êxito que sempre teve o modelo de ensino dos jesuítas. Esse acerto ocorreu graças à própria capacidade dos jesuítas de manter boas relações com o corpo dirigente da sociedade, tanto com o grupo econômico quanto com o grupo político. Foi essa capacidade de se relacionar com as figuras do poder que permitiu a difusão do ensino da Companhia de Jesus por toda a Europa católica (Vidal, 2014, p. 116).

3 Surgimento da Casuística

Marciano Vidal considera os anos de 1570-1630 a “época de ouro” da teologia moral, uma vez que ela foi valorizada ao tornar-se uma disciplina autônoma e independente do tronco teológico (Vidal, 2014, p. 153). Foi o período em que a “consciência moral” ganhou destaque graças à introspecção e ao aparato de investigação da “responsabilidade moral” do sujeito.

Vidal destaca que, na época de ouro da teologia moral, e, principalmente, em torno dos anos 1600, a Teologia Moral dividiu-se em duas partes: a primeira, que tratava do discurso teológico-moral, tendo como núcleo o paradigma casuístico; a outra, aquela que tornou essa disciplina independente e de caráter ético-jurídico:

A moral cristã perdeu a conexão com a teologia e a espiritualidade; estruturando-se segundo a lógica da lei e do dever, e esquecendo-se do dinamismo espiritual, que provém da presença do Espírito na vida do crente. Na moral geral, omitiu-se o tratado sobre as Bem-aventuranças, não se falava da graça, nem dos dons do Espírito (...) sendo assim, é normal que a compreensão da moral tenha discorrido a respeito do casuísmo e do legalismo (...) a configuração histórica da moral casuística, insistiu em sua doutrina acerca da confissão e em sua decisão de instituir os seminários (Vidal, 2014, p. 153-154).

O casuísmo não nasceu no século XVII. Veio de longe. Teve início na moral prática da época patrística, desenvolveu-se nos livros penitenciais da Alta Idade Média e se consolidou com as sumas de confessores e as pregações que prevaleceram ao longo da Idade Média, chegando até o início da Idade Moderna.

A casuística era a prática da análise moral baseada na consciência. Ela compreende uma parte significativa da tradição dos manuais até a primeira metade do século XX. O método da casuística começa sublinhando um caso moral hipotético que poderia ocorrer durante a confissão ou durante uma sessão de aconselhamento. Além disso, fatos moralmente relevantes eram destacados durante a análise. A popular dupla conhecida nos manuais como “Tito” e “Berta”, que vinham sempre confessar; havia um número grande de pecados veniais a se estudar. Além do mais, a casuística fazia uso do método indutivo para chegar à aplicação apropriada dos vários princípios morais (Bretzke, 2013, p. 845).

Ademais, segundo Vidal, há que se reconhecer o influxo do nominalismo na gênese da moral casuística. Foram os ockhamistas, que, após Tomás de Aquino³, dominaram o campo do discurso teológico. Eles superestimaram o conceito de “ato singular”, dando um tom individualista, voluntarista e legalista à ética, enquanto Tomás de Aquino seguiu a verve aristotélica ocupada com os “hábitos”. De acordo com Aristóteles (2014, p. 64), é somente por meio das atitudes que se denota um bom caráter, e não o contrário. Ninguém tem em si mesmo um caráter bom. Apenas pela constante atitude virtuosa molda-se um caráter digno. Sendo assim, os moralistas passaram a dedicar-se à análise do “ato singular”, isto é, ao “caso” que originou a casuística:

A casuística emergiu historicamente de um contexto de dúvida e incerteza ocasionado pela perspectiva de uma oportunidade extraordinária. A dúvida é a causa-raiz do século XVI ter sido casuístico. Foi uma época de grandes promessas e riscos e também de grande expansão para o novo mundo, de exploração e de colonização (Keenan; Shannon, 1995, p. 3137).

A renovação espiritual católica no século XVI levou a um reexame moral. Essas experiências conduziram a uma dúvida profunda acerca do status de si mesmo diante de Deus. A dúvida fundamental estava acoplada tanto aos protestantes quanto aos católicos e com as preocupações práticas urgentes que enfrentavam temas como: dizer a verdade, autopreservação, proteção dos outros (Keenan; Shannon, 1995, p. 3156).

A recém-surgida teologia moral desdobrou suas atividades em duas áreas: uma teórica e a outra, prática. A parte teórica procurou aprofundar a investigação na possível relação entre ética e Lei natural. A possibilidade teórica do princípio da Lei natural vir a ser o critério orientador das discussões éticas e o regulador da vida moral do ser humano foi uma hipótese teórica fundamental da Igreja, para fazer frente à subjetividade moderna, e para contrapor-se ao crescente monopólio da lei positiva promulgada pelos Estados modernos, cujo ideário coadunava, de certo modo, com o trajeto percorrido pelas igrejas reformadas, baseado na relação entre o cristão individual e a Escritura (Prodi, 2011, p. 33).

Por outro lado, a parte prática, cuja tarefa era atuar em casos particulares, foi desenvolvida a partir da análise dos manuais de teologia moral para a prática tridentina da confissão e da direção espiritual. Essa prática originou

³ Reagrupou as questões relacionadas à moral na segunda parte da *Suma Teológica*.

a chamada “casuística” da Igreja tridentina, que teve sua origem no trabalho diário dos padres e, posteriormente, gerou discussões teóricas levadas ao âmbito acadêmico das universidades, acabando por ficar restrita a eles.

Por essa razão, o contexto da casuística para uma vida institucional é claramente mais confiante e acadêmico, enquanto o contexto da casuística para questões pessoais de salvação é menos confiante e mais ministerial. Em ambos os contextos, há a disposição de acolher uma tremenda quantidade de novos dados morais e empíricos. Morais, por causa da confiança existente nas instituições e na família. Empíricos, por causa da necessidade de confrontar a profunda e sincera ansiedade acerca da salvação pessoal e do pecado.

A academia cuidou da casuística por causa de sua habilidade para lidar com as circunstâncias em matéria institucional, mas ministros, de forma mais urgente e desesperada, inclinaram-se para o mesmo método porque ele poderia dirigir e resolver uma variedade de preocupações e ansiedades que os membros da comunidade sofriam (Keenan, 1995, p. 3169).

James Keenan também se dedicou ao estudo da casuística. Em seu capítulo sobre John Mair, ele apresenta algumas pressuposições fundamentais para entender as raízes da casuística em contraposição à Escolástica:

1) Comparando os escritos escolásticos de figuras como Tomás de Aquino (1225-1274) e de John Mair, Keenan percebeu que, quando ambos propunham uma questão, eles apresentavam objeções e ofereciam um corpus, além de concluírem com uma solução. Todavia, em Mair, o corpus e as respostas às objeções não eram noções essenciais, tais como: justiça, castidade, fortaleza, temperança, entre outros, e sim, as respostas estavam repletas de imagens de licitude e de ilicitude, representando os caminhos da ação;

2) Examinando Mair, Keenan percebeu que a Alta Casuística não era simplesmente uma aplicação geométrica de um princípio em torno de um caso, mas sim, uma comparação taxonômica de congruências entre um discernimento e outro, mostrando, assim, que o primeiro a ser discernido não era a regra ou a norma particular, mas sim, a contraposição entre um agir correto e um agir errôneo;

3) Os nominalistas negaram a existência de objetos essenciais, já que eles negavam a existência dos universais. Por essa razão, os nominalistas insistiam na prioridade do individual e na radicalidade de cada singularidade, de cada existente. Se os nominalistas queriam determinar padrões para a ação reta, eles não podiam referir-se a objetos, mas reconhecer as formas de ação correta;

4) A prudência aqui é muito diferente do contexto da escolástica. Em Aquinate, a prudência é a virtude de todas aquelas pessoas comprometidas com o aperfeiçoamento das virtudes morais. Trata-se de um aperfeiçoamento interior do agente moral. Já no século XVI, a prudência não é vista como um aperfeiçoamento de natureza interna, mas preferencialmente, o aperfeiçoamento externo da conduta em sociedade. Em relação a essa questão, é fundamental citarmos Marciano Vidal, que identificou o contributo da noção de cidadania e da importância da vida social e política para a eficácia da vida cristã como tendo sido proveniente do casuísmo.

4 Alta Casuística

Segundo Jonsen e Toulmin, a ilação entre retórica e raciocínio moral teve seu ápice na Alta Casuística entre os anos de 1550 a 1650 (Vidal, 2014, p. 1174). Foi um longo caminho que a retórica tomou, partindo dos gregos até chegar aos jesuítas e à retórica medieval. A retórica medieval tinha como método a *Ars praedicandi* (arte da pregação) que floresceu no século XVIII (Mormando, 1995, p. 942).

Os autores da obra *The Context of Casuistry* buscaram as origens da casuística na teologia e na filosofia de Duns Scotus e Guilherme de Ockham, figuras cujo modo de pensar era apreciado e admirado por William of Baskerville, pois, para eles, o nominalismo tentou quebrar o massivo sistema intelectual da escolástica e pressionar a mente a trabalhar em favor daquilo que é visível, do mundo empírico. Além disso, segundo Karl Rahner, os nominalistas eram mais existencialistas do que qualquer grande escolástico, já que o nominalismo insistia na primazia de um simples e único indivíduo no mundo natural e pessoal, e esforçou-se por explicar como o pensamento e a linguagem humana poderiam expressar essa singularidade em termos conceituais.

A Alta Casuística, em seu sentido mais profundo, começa com a irreduzibilidade privada e pessoal dos atos de consciência, como eles tecem normas, circunstâncias e opiniões junto ao querer e compreendendo o juízo da ação reta. Sendo assim, quando os fios da consciência são desatados, a filosofia moral, como ramo teórico mais elevado, procura trançá-los novamente. De que maneira? Perguntando pelo o quê, pelo como, pelo quando e pelo porquê. Logo, por meio dessas perguntas, vem à luz o problema essencial da ética existencial, ou seja: como alguém pode expressar melhor os fatos internos, externos e as opiniões que influenciam os atos de consciência. Dessa feita, o

casuísta consegue elencar quais os argumentos devem ser pensados e quais decisões ele deve tomar.

Outra característica da Alta Casuística é: após descrever o caso em termos gerais e aproximar-se do singular, a reflexão oscila entre o fato e a teoria. Isso impede que o especialista fique confinado a uma teoria rígida. Cada oscilação entre fato e teoria permite que o fato seja visto a partir de uma nova perspectiva e, com isso, a teoria é desafiada. A questão que permanece é como a oscilação balança, já que um caso está embutido em vários contextos.

Ademais, segundo Mormando, Jonsen e Toulmin argumentaram e demonstraram (Jonsen, 1992, p. 88) que o raciocínio ético da Alta Casuística tinha uma base mais concreta, temporal, taxonômica e experiencial, do que abstrata, atemporal, geométrica, e baseada em uma simplista aplicação de princípios universais, como pensam os autores europeus.

Com certeza, nós achamos a Casuística atrativa porque ela deu atenção às circunstâncias e à singularidade de cada situação, mas, como método, a casuística não era algo acessível, nos primórdios do século XVI. Embora algumas determinações fossem menos opressoras do que o juízo escolástico, os casuístas não pareciam estar dispostos a fazer do processo de tomada de decisões algo mais igualitário do que os seus predecessores haviam feito. As decisões prudenciais não eram informadas às massas, e não há evidência de que os casuístas estavam interessados em ensinar a população a ser prudente. Ao contrário, o hábito deles em estabelecer novas normas com grande frequência, sugere que, como em outras eras na Igreja, o século XVI mantinha o povo leigo dependente de outras decisões de consciência. Dentre os períodos de dependência moral, esse é um dos períodos (Keenan, 1995, p. 1491).

5 A Crítica de Blaise Pascal e o Descrédito da Casuística

Nossa tarefa essencial é reabilitar a arte que se refere às resoluções práticas de uma perplexidade moral particular ou “casos de consciência”.

Jonsen & Toulmin

Poucas atividades intelectuais têm sido mais revogadas do que a Casuística, todavia poucas atividades práticas são mais indispensáveis. Desde que o matemático francês Blaise Pascal atacou os confessores jesuítas de Paris em suas *Cartas Provinciais*, em meados do século XVII, a casuística tem sido

objeto de revogação, tanto entre leigos quanto entre acadêmicos, especialmente filósofos. Aos olhos deles, julgamentos morais podem ser seguramente fundamentados somente baseados em princípios universais; e a moralidade das circunstâncias e dos casos parece fadada ao fracasso:

Os jesuítas, como eles têm uma ótima opinião de si próprios, fazem crer, que é útil e mesmo necessário, por bem da religião, que sua influência se estenda por todos os lugares, e que eles governem todas as consciências. E, porque as máximas evangélicas e severas são próprias para governar qualquer tipo de pessoa, eles se servem dessa condição. Porém, como essas máximas não estão de acordo com a configuração da maior parte das pessoas, eles a deixam de lado, a fim de satisfazer a todo mundo. Por essa razão, é necessário que eles façam uso do casuísmo a fim de lidar com toda a diversidade (Pascal, 1983, p. 29-30).

O argumento de Pascal era que os jesuítas franceses eram indevidamente dóceis com os penitentes que eram saudáveis ou bem-nascidos. Sendo assim, Pascal criticou essa parcialidade. Ele criticou toda a casuística, sem distinção, o que, para nós, não é correto. Ele não estabeleceu uma distinção. A partir de um caso, ele generalizou todos os outros. Pascal parece ter escrito como estando dentro da tradição rigorista, reclamando dos laxistas, seus coetâneos. Segundo Jonsen: “o abuso da casuística é dirigido propriamente, não contra toda a casuística, mas somente contra o seu abuso” (Jonsen; Toulmin, 1992, p. 16).

Jonsen e Toulmin afirmaram que uma das razões para o colapso da Alta Casuística estava em sua função teleológica, no objetivo não expresso. Há um “τέλος/fim, finalidade”, intrínseco ao método devido à intencionalidade. Por isso, aqueles que usam a Casuística devem se perguntar pelo seu porquê. Perguntar não somente pela intencionalidade da ação, mas pelo caráter da ação.

Mas o fato é que a partir daí o método casuísta caiu em descrédito e o raciocínio moral retornou ao princípio básico do raciocínio moral: o dedutivo, em lugar do raciocínio indutivo proposto no casuísmo. Os ataques de Pascal foram devastadores, bem como o do protestante Taylor, em 1960. A insistência do casuísmo na realidade concreta desagradou aos que estavam acostumados há séculos, desde os gregos, ao raciocínio lógico-dedutivo.

6 A Manualística

No cristianismo primitivo e na Patrística, não houve um saber moral cristão propriamente teológico. Há abundante material ético, mas ele não

está organizado como saber crítico, nem como uma disciplina teológica. Não havia uma epistemologia, ao menos como a entendemos hoje. Segundo Vidal, a moral alcança constituição teológica somente com Tomás de Aquino (Vidal, 2014, p. 211–3)

Sendo assim, a partir de Trento e com a derrocada do casuísmo, o manualismo passou a ter validade. Para os manualistas, os princípios não eram historicamente formados, mas dados de modo universal. Ironicamente, eles foram usados para medir novos casos, enquanto as raízes casuísticas foram esquecidas. Aliás, as circunstâncias não eram mais moralmente determinantes, mas estavam presas a um padrão ou, pior, excluídas dos casos medidos por esses princípios e regras.

Para Vidal, por trás da individualização da prática penitencial pós-tridentina está o desejo de uma moralização social imposta pelos reformadores católicos. Exemplo disso aparece na penitência que o pecador devia cumprir antes de receber a absolvição (moral de confessionário). Nesse sentido, para uma boa confissão, os confessores eram eruditos em todos os gêneros, espécies e circunstâncias de cada tipo de pecado. Logo, o confessor era um especialista no pecado e não um homem conhecedor da misericórdia de Deus. Era, portanto, mais um especialista em julgamento do que em acolhimento (Vidal, 2014, p. 197). Richard McCormick descreveu bem a Casuística manualista nestes termos: “Concretamente, era também muito frequente uma confissão orientada de modo unilateral, dominada pelo magistério, relacionado à lei canônica, centrada no pecado e controlada no seminário” (McCormick, 1989, p. 3).

Por sua vez, os manuais morais considerados “casuístas” seguiam o seguinte padrão: 1) desvinculação da síntese teológica, da Sagrada Escritura e dos grandes tratados de Cristologia, Trindade, Sacramentos, dentre outros; 2) excessivo legalismo: obrigação, dever, obediência, juridicização da moral; 3) positivismo teológico e pragmatismo moral: argumento de autoridade, não rever as posições, ausência de crítica e de autocrítica; 4) desvinculação da filosofia, perdendo, assim, seu teor crítico-argumentativo, sua capacidade de pensar; 5) vinculação excessiva com a práxis penitencial; e 6) presença de dicionários denominados de casuístas, apresentando “casos”, mas que, em seu desdobramento, eram manuais morais, baseados somente em princípios dedutivos, como o exemplo a seguir, que trata do malefício da dança. Esses manuais eram utilizados como manuais de consulta pelos sacerdotes durante a confissão no confessionário:

A dança não é ilícita em sua natureza, já que segundo Ecl 3: *tempus plangendi, tempus saltandi* (tempo de enlutar, tempo de dançar); e Davi, fez da dança um ato religioso, ao dançar diante da arca. Mas como é muito raro que a dança não se torne um crime, devido às circunstâncias nas quais ela, quase sempre, está acompanhada, é sabedoria do cristão, e mais ainda de uma pessoa eclesiástica ou religiosa se abster dela. Os pagãos, mesmo os mais esclarecidos, não a condenam. Cato acreditou que não poderia fazer uma afronta mais sanguinolenta à L. Murena do que reprová-la publicamente de haver dançado na Àsia, para onde ele tinha sido enviado. Deste modo, com razão, a Faculdade de Teologia de Paris, após ter condenado aqueles que assistem á comédia, ajuntam: *Idem judicandum de choreis, qua vulgo bals vocantur: cætera vero saltantionum genera periculosa* (os mesmos juízes das coristas, que vulgarmente são chamados de pessoas comuns, são dançarinos perigosos).

CASO 1. Maria, filha virtuosa, encontra-se prestes a dançar: ela está com escrúpulo? Esse escrúpulo é bem fundamentado?

RESPOSTA. A dança não é defendida por si mesma, já que Miriam, irmã de Moisés e Aarão, dança com outras mulheres para alegrar-se de que os egípcios submergiram no Mar Vermelho. Mas como exemplo de todo pecado, é necessário, segundo Tomás, cap III: 1) que as pessoas que dançam, o façam com decência e sem prejuízo a ninguém, pois não se poderia desculpar um eclesiástico ou uma pessoa religiosa que fosse muito inconstante, e que ainda assim dançasse; 2) que a pessoa dance numa época de alegria, tal como, a de um acontecimento público; 3) que a honestidade seja regularmente observada, atenção à canção, aos gestos, ao lugar, ao tempo e às outras circunstâncias que acompanham a dança. Ora, como quase sempre faltam as circunstâncias adequadas, não é aconselhável nem a dança, nem que se agrada dela. Diz São Crisóstomo: *Ubi saltus lascivus, ibi diabolos certe adest (...)* *his tripudiis saltat* (onde a lascívia dança, os demônios certamente estão presentes (...)) e tripudiam-nos dançando). Diz Santo Ambrósio: *Deliciarum comes atque luxuriae saltatio* (companheiro de luxo e de devassidão da dança). Por isso, o Sábio quer que evitemos as mulheres que amam dançar, por medo que a atração por elas nos cause a perda da alma. Por isso, Maria se examina diante de Deus sobre suas circunstâncias para saber se não há nenhuma que torne a sua dança condenável, ou que deva pedir perdão por seu pecado.

CASO 2. Gil é acusado, em confissão, de haver dançado e pulado sobre a corda, e dito impróprios para entreter seus ouvintes, sem, todavia, haver maculado abertamente a honestidade. Seu confessor quer que ele abandone sua profissão, como algo não condizente a um cristão, e que é mesmo

perigoso, tanto para ele, como para aqueles que estão presentes. Mas ele defende-se dizendo: 1) não há nenhum outro modo de sobrevivência para si; 2) porque as leis da polícia favorecem seu métier.

RESPOSTA. Não se pode absolver nem os dançarinos de corda, nem aqueles que não querem renunciar aos seus espetáculos: 1) porque é excessiva a linguagem dissoluta utilizada nas óperas cômicas e nas mensagens que proferem, e que corrompem o coração daqueles que os escutam; 2) porque um homem que dança sobre a corda se expõe ao perigo evidente de se matar, ou de, ao menos, machucar seu corpo caindo no chão. Como, portanto, não é, jamais, permitido expor-se voluntariamente a tal perigo, não se pode absolver nem os que se expõem, nem aqueles que cooperam com eles, dando-lhes dinheiro.

De resto, tudo o que podemos dizer sobre os dançarinos de corda e dos acrobatas é ainda mais incontestável em relação às suas mulheres e seus filhos que exercem a mesma profissão.

Além disso, a valsa, outra dança destas espécies introduzidas recentemente em França, pelo demônio da impureza, não pode jamais ser permitida tanto quanto os bailes de máscara.

Vejam aqui o que uma mulher do mundo disse após conhecer o perigo, disse madame de Genlis: “eu provei todo o perigo do baile de máscaras sobre a imaginação. Essa música contínua, essas danças, esses mistérios do disfarce, essa linguagem dos galanteios, essas intrigas que eu entrevia por todos os lados, esse abandono universal de toda a razão, essa abdicação de todas as regras, esse desconhecimento geral, essa alegria sem medida e sem freio, enfim... esse espetáculo, essa reunião de circunstâncias, que viraram a minha cabeça. Esses bailes de família, da sociedade, observados pelos pais e pelas mães, parecem menos perigosos do que os públicos; todavia, diz o inestimável sábio, autor da teologia prática: esses bailes são exemplos de perigos para qualquer mortal.

Refletindo bem, diz ainda a Madame de Genlis: eu encontro sempre qualquer coisa de muito mundano nas minhas ideias, que estão muito de acordo com os costumes universais; por exemplo: eu autorizei os bailes infantis e arrependo-me. Eu retratei-me em um livro, no qual eu detalho todos os argumentos que estão em desacordo com os bailes e espetáculos. Eu atribuo meu erro somente à minha ignorância acerca dos princípios e aos pré-julgamentos recebidos do mundo. É por essas circunstâncias que devemos julgar quando a dança pode ser tolerada, e um confessor prudente não pode nem condenar, nem absolver indistintamente todos que dançam. Ele deve afastar-se o máximo possível das pessoas que aconselha (Pontas, 1847, p. 518-522).

7 Casuística e Caso

Cariou apresenta-nos uma tese inédita ao falar de uma causa casuística presente no Estoicismo de Epicteto. Segundo ele, a arte de formular e resolver casos de consciência encontra lugar no livro II das *Diatribes* (1993, p. 48), posto que lá o filósofo pergunta a si mesmo como as noções prévias devem ser aplicadas aos casos particulares. Por outro lado, a casuística pode ser entendida como:

É a prática da análise moral tradicionalmente baseada nos casos de consciência (*casus conscientiae*), que compreende uma parte significativa da tradição manualista até a primeira parte do século XX. Tanto a casuística como os manuais morais guiaram seminaristas e os padres no trabalho pastoral e no sacramento da reconciliação, chamado de penitência antes do Concílio Vaticano II (Carraud; Chaline, 2007, p. 207-215).

O fato é que a Casuística, a partir do Concílio de Trento, é definida, comumente, como a aplicação de regras morais gerais a casos concretos. Ela consiste em articular a universalidade de uma norma à particularidade de um agir. Daí a importância de se ter um universal moral abstrato preexistente para posterior aplicação concreta.

Todavia, a primeira exigência da prática do casuista é a exaustão. Com Jacques de Saintebeuve (2011, p. 115), mais de 800 casos foram resolvidos e classificados por ordem de assuntos. A Casuística tem dois aspectos: o aspecto dogmático, que exige sempre a submissão dos casos de consciência a um *a priori* que tem força de lei; e o aspecto retórico, que faz do casuista um escritor em relação ao caso concreto.

Para a análise do caso concreto, leva-se em consideração: o objeto, as circunstâncias (pessoas, meios, hábito, escândalo, ocasião próxima do pecado), a maior ou menor consciência do pecado e, por fim, o consentimento. Nesse sentido, a casuística desenvolveu-se em um vasto espaço na periferia do dogma. Toulmin debateu argumentando que a casuística traz a ética de volta ao reino das ciências práticas. Para ele, a casuística:

É a prática da análise moral tradicionalmente baseada nos casos de consciência (*casus conscientiae*), que compreende uma parte significativa da tradição manualista até a primeira parte do século XX. Tanto a casuística como os manuais morais guiaram seminaristas e os padres no trabalho pastoral e no sacramento da reconciliação, chamado de penitência antes do Concílio Vaticano II (Bretzke, 2013, p. 855).

Ela não é uma geometria especulativa com teoremas e axiomas, mas atende a problemas práticos, reais, concretos. Contra os teóricos, que têm seu ponto de partida na teoria, Toulmin escreve que a tarefa da casuística:

Referir-se a casos difíceis que surgem em situações marginais ou ambíguas, a fim de simplificar por meio de exemplos paradigmáticos, e considerar como distante do simples os exemplos que podem nos guiar ao resolver conflitos e ambiguidades que despertam nossa perplexidade moral (Toulmin, 1994, p. 314).

Ainda assim, os casos mais difíceis de resolver revelam como a Casuística é um raciocínio retórico aplicado à matéria moral:

Casuística é o modo de reflexão que uma comunidade emprega para testar imaginativamente as implicações do discurso, aquelas que são frequentemente, desconhecidas, ou que passam despercebidas, perante o compromisso com a sua narrativa (...) na narrativa da teologia cristã, a casuística é vista como uma necessidade que possibilita checar o nosso discurso particular da história de Deus, com o caminho que nossa comunidade segue (Hauerwas, 1993, p. 377).

Destarte, a casuística está mais interessada no caso presente, considerando os paradigmas, desenterrando as máximas, revelando as circunstâncias e testando os preconceitos. Hoje, a Casuística é conhecida pelo método que ensina e não pelas respostas que é capaz de ensinar. O método ensina-nos a raciocinar moralmente.

É mister destacar que os casuístas faziam uso do método racional indutivo, por meio do qual comparavam casos. O casuísmo foi chamado por Jonsen e Toulmin de “taxonomia” (Jonsen; Toulmin, 1992, p. 251-259). A aplicação dedutiva de um princípio ao caso, a Casuística seria uma comparação de um ou mais casos, que já obtiveram soluções com sucesso em relação ao novo caso, e não uma mera dedução lógica. Aí está a diferença. A comparação ajuda a trazer à luz circunstâncias moralmente relevantes, que se tornam decisivas para determinar o resultado de qualquer caso. Além disso, na ausência de princípios relevantes, os casos já resolvidos adequadamente tornam-se o padrão para medir as circunstâncias de um novo caso. Esses padrões foram chamados de “paradigmas” (Jonsen; Toulmin, 1992, p. 251-259).

Contudo, para uma correta concepção da teologia moral e do método casuístico, há que se distinguir o “caso” da “situação ou circunstâncias”. O que um caso de consciência pretende reduzir é a distância entre formas demasiado

gerais para se amoldar exatamente ao contorno das situações vividas e o jogo das circunstâncias no qual essas situações se realizam de fato.

Sendo assim, segundo Cariou, o “caso” apresenta-nos uma situação, mais ou menos concreta, sobre a qual pode recair um juízo moral (uma solução), que é válido somente nas condições reais nas quais o supuseram; por outro lado, a “situação” indica uma condição pessoal, cuja moralidade só é julgada pelo homem em sua própria consciência, isto é, não pode ser simplesmente pré-julgada por aqueles princípios morais já elaborados (Cariou, 2007, p. 204).

A virada da dedução lógica para a comparação de casos, não foi uma mera substituição dos princípios, mas sim, uma fonte para um guia moral, mais fundacional do que os princípios. Aqueles que usaram o caso estavam buscando discernimento moral original. O caso providenciava um método para provocar nuances inerentes às instituições e às situações pessoais. O método “caso” fornecia uma estrutura sobre a qual as circunstâncias concretas e individuais estavam comumente entretidas. Providenciou liberdade em relação aos princípios morais que definem uma agenda na qual a verdade é geral, invariável e essencial e que, por natureza, exclui o específico, o concreto e as circunstâncias práticas (Keenan; Shanon, 1995, p. 3163).

Na verdade, as circunstâncias realçam a singularidade de uma situação em relação às outras. A conexão entre os casos emerge precisamente através das próprias circunstâncias. Essas congruências incitam o casuísta a depender da resolução de um caso através da relação análoga com outras.

Conclusão

James Keenan afirma que a Casuística retornou no final do século XX. Segundo ele, isso ocorreu por causa de um grande número de questões morais sem princípios suficientes para resolvê-las. Daí a importância do retorno da casuística numa sociedade secular e plural (Keenan, 1996, p. 124). Ele traz como exemplo o caso de um candidato ao sacerdócio que porte o HIV. Ele, então, pergunta: o candidato deverá ser excluído por essa razão? Como ainda utilizamos o Código Canônico de 1983 (1209, 1051), com certeza ele jamais seria aceito. Mas será que, se o candidato estivesse bem de saúde, ele seria adequado para o exercício futuro do trabalho apostólico? (Keenan, 1996, p. 124).

Por isso, para Keenan a Casuística é um método de raciocínio moral que sempre será importante quando novas questões surgirem na realidade humana. Foi exatamente por esse motivo que ela apareceu no século XVI quando a Alta Casuística foi desenvolvida e praticada (Keenan, 1996, p. 125).

A necessidade de um novo método de raciocínio moral deve atender às premissas de um método objetivo para o sujeito do século XXI. Todavia, essas não podem estar fora de contexto, ao contrário, elas dependem das circunstâncias. A Casuística, nas mãos tanto de um laxista como de um tutorista, é igualmente efetiva. A Casuística não tem nenhum propósito intrínseco à sua lógica ou método. O contexto no qual é empregado é que providencia o propósito. Portanto, a casuística não está livre do contexto ou de seus praticantes. Na verdade, a casuística é um método indutivo de raciocínio moral, enquanto evita tendências relativistas (Keenan; Shanon, 1995, p. 3163). Keenan ainda ratifica que, para os cristãos, o retorno das virtudes e o retorno da Casuística podem significar uma renovação do interesse na pregação evangélica.

A teologia moral ou a ética teológica está numa encruzilhada. Olhar para o horizonte futuro depende de como olhamos para trás. Agostinho e Tomás nos legaram não somente regras e princípios, mas também virtudes mais flexíveis. Hoje, os Casuístas fazem uso do Aquinate e do seu legado em relação às virtudes. Sendo assim, a teologia moral contemporânea pode manter o conhecimento epistemológico da Alta Casuística, associado à antropologia trinitária da Escolástica e de Edith Stein, basta querer.

Referências

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Edipro, 2014.

BRETZKE, J. T. *Handbook of Roman Catholic Moral Terms*. Washington: Georgetown University Press, 2013.

CARIOU, P. Caso. In: CANTO-SPERBER, M. (Org.) *Dicionário de Ética e Filosofia Moral*. v. 1. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007.

CARRAUD, V.; CHALINE, O. CASUÍSTICA. IN: CANTO-SPERBER, M. (ORGS.) *DICIONÁRIO DE ÉTICA E FILOSOFIA MORAL*. V. 1. SÃO LEOPOLDO: EDITORA UNISINOS, 2007.

DENZINGER, H. *Compêndio dos Símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulinas & Loyola, 2006.

HAUERWAS, S. Casuistry as a Narrative Art. *Interpretation*, v. 37, p. 377-388, 1993.

JONSEN, A. Foreword. In: KEENAN, J. F.; SHANNON, T. A. *The Context of Casuistry*. Washington: Georgetown University Press, 1995.

JONSEN, A. R.; TOULMIN, S. *The Abuse of Casuistry: a history of Moral Reasoning*. Oakland: California University Press, 1992.

KEENAN, J. Contexts of Casuistry: Historical and Contemporary. In: KEENAN, J. F.; SHANNON, T. A. *The Context of Casuistry*. Washington: Georgetown University Press, 1995.

KEENAN, J. F. "Fundamental Moral Theology: Tradition". In: *Theological Studies*, v. 70, issue 1, p. 140-158, February 2009.

KEENAN, J. The Return of Casuistry. *Theological Studies*, v. 57, issue 1, p. 123-138, 1996.

MCCORMICK, R. Moral Theology 1940-1989. *Theological Studies*, v. 50, issue 1, p. 3-24, 1989.

MORMANDO, F. To Persuade is a Victory: Rhetoric and Moral Reasoning in the Sermons of Bernardino of Siena. In: KEENAN, J. F.; SHANNON, T. A. *The Context of Casuistry*. Washington: Georgetown University Press, 1995.

PALOMO, F. Disciplina Christiana. Apuntes historiográficos em torno a la disciplina y el disciplinamento social como categorías de la historia religiosa de la alta edad moderna. *Cuadernos de Historia Moderna*, n. 18, p. 121-122, 1997.

PASCAL, B. *Les Provinciales*: Éditions de Michel Le Guern. Paris: Folio Classique, 1983.

PONTAS, J. Danse. *Dictionnaire de Cas de Conscience, ou Décisions, par ordre Alphabétique*. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 1847, p. 518-522. Obra reimpressa pelo abade Jean-Paul Migne.

PRODI, P. Fourteen Theses on the Legacy of Trento. In: *Catholic Theological Ethics Past, Present and Future: The Trento Conference*. New York: Orbis Books, 2011.

SAINTEBEUVE, J. *Résolutions de plusieurs cas de conscience: touchant le Morale et la discipline de l'Église*. Paris: Nabu Press, 2011.

TOULMIN, S. Casuistry and clinical Ethics. In: *Matter of Principles?* Washington: Edwin Dubose, 1994.

VIDAL, M. *História de la Teología Moral V. De Trento al Vaticano II. 1. Crisis de la razón y rigorismo moral em Barroco (s. XVII)*. Madrid: Editorial El Perpetuo Socorro, 2014.

Artigo recebido em 17/07/2024 e aprovado para publicação em 13/08/2024

Como citar:

FRECHEIRAS, Marta Luzie de Oliveira. Teologia Moral anterior ao Concílio Vaticano II: casuísmo e manualística. *Coletânea*. Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 24, n. 47, p. 141-160, jan./jun. 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v24i47-2025-8>